

QUEM FICA COM O PRESIDENCIALISMO



Leônidas



Brizola



Sarney



Lula



Lucena

Lucena e Vivaldo são Governo, PT e Brizola

A tradição republicana, a força das eleições diretas e a modernização do sistema presidencialista com o fortalecimento do Poder Legislativo. Esta será a essência do discurso do senador Humberto Lucena, hoje, no encaminhamento da primeira votação do sistema de governo. Primeiro subscritor da emenda presidencialista coletiva, Lucena espera, com seus argumentos, definir a opção dos indecisos.

Lucena pretende falar de improviso e citará os presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek como os grandes responsáveis pelos principais avarços sociais e econômicos do País.

Lembrará também que a sua emenda é a única que garante ao povo eleger, diretamente e pela maioria absoluta dos votos, o Presidente chefe de estado e chefe de governo, compromisso desde a eleição de Tancredo Neves.

o a e Viad i Já o deputado Vivaldo Barbosa, vice-líder do PDT, fará discursos certamente mais inflamado do que o de Lucena. Vivaldo definirá o parlamentarismo como um "regime voltado para as elites", com origem na tradição monárquica européia.

Defendendo o presidencialismo, Humberto Lucena e Vivaldo Barbosa estarão representando uma coalizão informal que reúne o presidente Sarney e quase todos os seus ministros (com algumas e raras exceções, como Paulo Brossard, da Justiça); o ex-governador Leonel Brizola e todo o seu PDT; o deputado Lula e o PT, que disciplinou seus parlamentaristas; o presidente do PFL, senador Marco Maciel; o prefeito e ex-presidente Jânio Quadros; o governador de São Paulo, Orestes Quêrcia; os presidentes Aureliano Chaves e Antonio Ermirio.

Do lado parlamentarista estão vários governadores, como Waldir Pires, da Bahia, e Miguel Arraes, de Pernambuco; os líderes do PMDB, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Ibsen Pinheiro; o senador José Richa; os pefelistas Sandra Cavalcanti, Afonso Arinos e Jorge Bornhausen; a maior parte dos partidos de esquerda, como o PCB liderado pelo deputado Roberto Freire.

Os ministros militares, como o general Leônidas Pires Gonçalves, têm enfatizado que preferem o presidencialismo, mas aceitam o parlamentarismo se fôr o caminho para garantir 5 anos de mandato para o presidente Sarney. Os dirigentes sindicais, tanto da CUT quanto do CGT, têm manifestado mais preferências pelo parlamentarismo, enquanto os empresários em sua maioria são presidencialistas.

AS EMENDAS EM JOGO

Emenda Humberto Lucena: Auxiliada pela fusão com outras quatro emendas (Vivaldo Barbosa, Edison Lobão, Teodoro Mendes e Maurílio Ferreira Lima), a proposta mantém o regime presidencialista de governo, embora ao mesmo tempo fortaleça o Congresso. Se for aprovada, o presidente da República continuará exercendo o Poder Executivo, mas os parlamentares poderão exonerar ministros de Estado, através de moção de censura aprovada por dois terços dos membros da Câmara Federal. Mandato presidencial de 5 anos.

Emenda Egidio Ferreira Lima: Institui o sistema parlamentarista. Por ela, o Presidente da República é o chefe de Estado, o árbitro do Governo e o comandante supremo das Forças Armadas, cumprindo-lhe assegurar a unidade, a independência e o livre exercício das instituições nacionais. Já o primeiro-ministro chefia o Conselho de Ministros, que passa a exercer efetivamente

o Governo e controlar toda a máquina burocrática federal. Mandato de 5 anos.

Texto da Comissão de Sistematização: — Mais parlamentarista que a proposta Egidio Ferreira, reduz a influência do Presidente da República sobre o Governo e simplifica o processo de dissolução da Câmara. Mandato de 5 anos.

Emenda Manoel Moreira: — Consagra o chamado presidencialismo mitigado, estabelecendo que o Presidente da República exercerá a direção superior da Administração Federal com a cooperação do primeiro-ministro e do Conselho de Ministros. É privativa do Presidente, pela emenda, a competência de nomear e demitir os ministros militares e os chefes dos Gabinetes Civil e Militar, além do SNI.

Emendas Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas: — Reduzem o mandato dos Presidentes da República a 4 anos, sendo que a primeira prevê a possibilidade de uma reeleição.

Acordo poderá sair se hoje faltar quorum

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), está convencido de que hoje não haverá quorum — 280 votos — para a aprovação da emenda Humberto Lucena (PMDB-PB), que mantém o sistema presidencialista. Com o impasse, os entendimentos serão intensificados e amanhã deverá ser aprovado um sistema presidencialista mitigado, com o fortalecimento do Congresso Nacional.

Apesar de ser, em teoria, um presidencialista, Passarinho não quis discursar hoje no encaminhamento da votação. Ele está muito preocupado com o quadro político nacional e continua em busca de uma fórmula que evite o agravamento da situação existente. Recebeu sugestões para que discursasse na sessão de hoje, inclusive do PDT, mas não aceitou. "Isso me deixa pior ainda com o engenheiro Brizola", comentou sorrindo.

PARLAMENTARISMO

As preocupações do presidente do PDS são da natureza mais diversa. Acha, por exemplo, que o governo cometeu um erro apresentando vários intermediários que até se contradiziam em suas informações sobre o pensamento do Executivo e do presidente da República. Isso dificultou as negociações políticas.

Confessa Passarinho que che-

gou a ver com simpatia a proposta de implantação do sistema parlamentarista com mandato de cinco anos para o presidente da República. Nesta hipótese, o parlamentarismo seria implantado a partir do início do próximo ano, o que ficaria estabelecido nas disposições transitórias.

Entre o parlamentarismo híbrido, que se está a caracterizar, e uma fórmula pura, preferia que fosse esta. No parlamentarismo seria fácil o acordo em torno dos cinco anos para o atual presidente da República, mesmo porque é da essência deste sistema que o Chefe do Estado tenha um mandato mais longo do que o Congresso.

Passarinho acha que as possibilidades dos dois grupos — parlamentaristas e presidencialistas — estão muito equilibradas. Ninguém pode dizer, hoje, que tem maioria e que será aprovada esta ou aquela proposta. Ele não informaria ao presidente da República, como tem sido feito, de acordo com o noticiário de jornais, que o presidencialismo já passou e com os cinco anos. "É muito arriscado".

Lembrando Max Weber, Passarinho frisou que votará, por convicção, no sistema presidencialista com cinco anos. Contudo, com a responsabilidade de seu mandato, está disposto a, se houver necessidade, conversar em torno de uma solução harmônica que evite o agravamento da crise política.

QUEM ESTÁ COM O PARLAMENTARISMO



Freire



Arinos



Sandra



Cardoso



Bornhausen

Leônidas aceita o acordão

O coordenador da bancada do PMDB de Minas, deputado Gil Cesar, disse ter ouvido do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, a mesma opinião que havia manifestado ao deputado José Geraldo: apesar de presidencialista, não se opunha a um eventual acordo que assegurasse cinco anos para o presidente Sarney. O deputado Gil Cesar contou que conversou com o ministro do Exército, no final de semana, na Academia de Tênis de Brasília.

O senador Irapuã Costa Junior (PMDB-GO), após ser recebido pelo ministro do Exército, foi muito discreto. Disse que conversou sobre legislação so-

bre armamento, mas que o general Leônidas perguntou sua posição.

"Falei que vou votar pelo presidencialismo e pelo mandato de cinco anos para Sarney. O ministro deve ter gostado, pois também defende o presidencialismo e cinco anos", disse o senador goiano.

O deputado José Geraldo esclareceu que nunca disse aos jornalistas que o ministro do Exército estava apoiando o parlamentarismo, mas sim que ele, embora presidencialista, não se opunha a um acordo sobre sistema de governo, garantindo o mandato de cinco anos para o atual presidente.